



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na assinatura do decreto que regulamenta leis de acessibilidade a portadores de necessidades especiais**

**Palácio do Planalto, 02 de dezembro de 2004**

Eu não sei se vocês perceberam, estou portador de uma deficiência nasal que está insuportável.

Eu quero cumprimentar o companheiro Nilmário Miranda,

O companheiro Olívio Dutra,

O companheiro Tarso Genro,

Quero cumprimentar o professor Adilson Ventura, presidente do Conselho Nacional de Portadores de Deficiência,

Minha companheira Marisa,

A senhora Weslian Roriz,

E demais integrantes dos conselhos de direitos da pessoa portadora de deficiência,

Quero cumprimentar todas as mulheres e homens que participaram do seminário sobre a implementação do sistema de transportes acessíveis,

Cumprimentar os nossos convidados,

Os nossos companheiros do governo,

Os jornalistas,

E dizer para vocês que aos poucos nós vamos fazendo as coisas que têm que ser feitas no país.

Eu, antes de ler o meu pronunciamento, quero dizer ao companheiro Adilson que certamente essa será uma lei que vai pegar, porque ela não é uma lei feita por um advogado apenas ou por um ministro. Essa lei é resultado da convergência de anos e anos de experiência de vocês, que nos debates



públicos conseguiram consagrar o texto que ora acabo de assinar. Portanto, não é uma lei do Presidente da República, não é um decreto do Nilmário, é um decreto de todos vocês. Portanto, vocês têm, agora, a responsabilidade de fazer com que esse Decreto seja cumprido na sua plenitude.

Disse bem o Nilmário que tem um problema cultural. Não basta estar na lei, é preciso convencer as pessoas de que aquilo é importante. Vocês já estão vendo mudanças na Infraero, já estão vendo mudanças em algumas cidades, nos ônibus, nos táxis. E a coisa é muito antiga. Eu, quando virei deputado constituinte, Nilmário, nós tínhamos um problema, o Olívio viveu isso comigo, o Congresso Nacional não estava adaptado para receber, não os portadores de deficiência, mas as mulheres, ou seja, no “cafezinho” não tinha banheiro para mulher, era só para homem.

Então, é uma questão cultural que vai mudando na medida em que a consciência das pessoas também evolui. Eu acho que nós estamos chegando nesse ponto.

Este Decreto que acabo de assinar é mais do que um merecido reconhecimento dos direitos de todos os brasileiros e brasileiras que portam algum tipo de deficiência. É o resultado de um amplo trabalho de debate com a sociedade, com especialistas e com órgãos governamentais, que permitiu que regulamentássemos duas leis federais que já haviam sido sancionadas em 2000 e 2002.

Estamos hoje, aqui, para colocar essas leis na prática. Foi debatendo com os setores mais diretamente beneficiados por ela que conseguimos identificar os principais problemas relativos à acessibilidade e às soluções mais viáveis.

Toda pessoa portadora de deficiência terá, enfim, instrumentos para garantir o exercício de seus direitos de acessibilidade e pleno atendimento.

A partir de agora, quem não cumprir o que está na lei está sujeito a receber as sanções previstas. E as pessoas prejudicadas sabem que o



Ministério Público terá mecanismos para auxiliá-las nesse sentido.

Assim, vocês terão como reclamar e cobrar, por exemplo, de empresas de transporte que não facilitam o acesso de quem usa cadeira de roda; de supermercados que não dão prioridade ao atendimento, no caixa, a quem está usando muletas; ou mesmo de um órgão público que não dá a devida atenção a quem tem deficiência auditiva.

Companheiros e companheiras,

É preciso dizer que, mesmo antes deste Decreto, nosso governo já vinha avançando em uma série de ações concretas para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência aos serviços públicos e privados.

Apoiamos, por meio do Ministério do Esporte e de empresas públicas, o esporte paraolímpico. Além de garantir um direito básico, esse tipo de iniciativa tem um grande valor simbólico: mostra a toda a sociedade que é oferecendo oportunidades que se permite às pessoas com deficiência ultrapassarem barreiras.

Foi isso que aconteceu nas últimas paraolimpíadas, em Atenas, quando nossa delegação recebeu 33 medalhas de ouro. E, para esnobar, o Clodoaldo recebeu seis medalhas de ouro.

Já o Ministério da Educação, está capacitando 120 municípios para que as suas escolas possam receber as crianças e jovens com deficiência nas mesmas classes onde estão os demais alunos. Cada um desses municípios será responsável pela capacitação de outros dez, multiplicando assim os efeitos do programa.

Ao integrarmos as crianças com deficiência em classes convencionais, estamos lhes ensinando uma lição de vida das mais importantes: o respeito às diferenças.

O Ministério da Saúde, além de atuar na prevenção das deficiências, tem um importante papel na reabilitação e no fornecimento de próteses e equipamentos que auxiliam no dia-a-dia das pessoas que os necessitam.



Só neste ano, o Ministério já utilizou recursos de mais de R\$ 320 milhões de reais no atendimento especializado e materiais destinados a essas pessoas.

Estamos, também, integrando os programas de reabilitação com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde e com o Programa de Saúde da Família.

Além disso, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, criou uma linha de financiamento para que pequenos empresários possam adequar suas instalações às pessoas com deficiência.

O banco hoje só financia a compra de frotas de ônibus quando pelo menos 40% dos veículos estiverem dentro dos padrões de acessibilidade.

O Ministério das Cidades, dirigido pelo companheiro Olívio Dutra, por meio de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, o Senat, lançou ontem um programa de capacitação de condutores que vai alcançar 100 mil motoristas do transporte público em 2005.

E também escolheu modelos de ônibus e de táxis que podem ser utilizados na maioria das cidades brasileiras por pessoas com deficiência, depois de estudar propostas de vários fabricantes e ouvir especialistas e usuários.

Criamos, ainda, o Programa Nacional de Acessibilidade, com a devida dotação orçamentária, que está incluído no Plano Plurianual 2004-2007. Com ele, capacitaremos agentes em acessibilidade, publicaremos – em formato convencional e em braile – as normas sobre o tema, e apoiaremos campanhas publicitárias de utilidade pública.

Minhas amigas, meus amigos,

Ao mesmo tempo em que instituímos os dispositivos legais e executamos programas através de diversos Ministérios, atuamos em fóruns internacionais de defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Estive presente aqui em Brasília, em março, na abertura do Ano Ibero-



Americano da Pessoa com Deficiência, uma ação que envolveu diversos países comprometidos com o tema.

Estamos apoiando, no âmbito da Organização das Nações Unidas, a criação da Convenção sobre Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência.

Quero terminar dando os meus parabéns a todos vocês, especialmente ao companheiro Nilmário, que vocês conhecem e sabem da dedicação e do compromisso dele com essa causa. E, mais ainda, dar os parabéns a vocês pelo trabalho que fizeram, debatendo, e pelo fato de fazerem com que hoje vocês tivessem uma das mais justas conquistas que todos os portadores de deficiência almejavam neste país.

Eu espero que agora, definitivamente, meus amigos, minhas amigas, meu querido Adilson, a gente não venha, daqui a um ano, dizer que essa lei não “pegou”. Vocês precisam ficar no pé das prefeituras, ficar no pé dos governos do estado.

Da nossa parte, nós vamos fazer o que estiver ao nosso alcance para que prefeitos, para que governadores e empresas possam cumprir com o que está no Decreto. Inclusive, os nossos bancos de financiamento ou ações da política do governo federal, ao fazerem um convênio com prefeituras e com estado, um dos itens que nós vamos passar a exigir é que eles cumpram com o Decreto, para dar a vocês a cidadania a que todo ser humano tem direito.

No mais, meus parabéns e obrigado.